

## A FACE METROPOLITANA DA EXCLUSÃO SOCIAL

Pedro Hespanha\*

Resumo: Se os direitos de cidadania e a própria democracia constituem invenções e irradiaram a partir das sociedades urbanas, não é menos certo reconhecer que as cidades se tornaram, hoje em dia e em todo o mundo, os espaços dos maiores contrastes sociais, das formas de exclusão mais dramáticas e da segregação mais intolerante e violenta.

Uma política realista de regeneração urbana, capaz de reforçar a cidadania numa sociedade excludente, tem de ter em conta a concepção de H. Lefebvre de direito à cidade. Trata-se, enfim, de um direito através do qual os cidadãos estão legitimados a resistir a qualquer tentativa de marginalização da realidade urbana e a não serem excluídos do poder de decisão sobre o seu ambiente quotidiano.

Se os direitos de cidadania e a própria democracia constituem invenções e irradiaram a partir das sociedades urbanas, não é menos certo reconhecer que as cidades se tornaram, hoje em dia e em todo o mundo, os espaços dos maiores contrastes sociais, das formas de exclusão mais dramáticas e da segregação mais intolerante e violenta.

O efeito libertador das cidades, invocado por Durkheim e Simmel, parece ter-se perdido à medida que a atracção pela cidade por parte da camada mais empreendedora e inconformada da população rural se transformou numa deslocação massiva de camponeses empobrecidos em busca da sua sobrevivência básica.

Incapaz de absorver estas populações retiradas da miséria, a cidade rapidamente se transformou num território altamente dualizado, submetido a processos urbanos distintos e assente num equilíbrio muito instável entre a sua componente afluente e moderna, das elites fortemente ligadas ao capitalismo mundial, e a sua componente miserável e primitiva dos retirantes deixados para trás por esse mesmo capitalismo mundial.

Trata-se de um fenómeno que, em geral, tanto atinge as mega-cidades de crescimento rápido do terceiro-mundo quanto as metrópoles históricas do primeiro-mundo e que está intimamente ligado com a actual fase do capitalismo globalizado e com o papel central que nele desempenham as megacidades: papel de "directão, produção e gestão planetárias; domínio dos meios de comunicação social, do poder político real e da capacidade simbólica de criar e de difundir mensagens" (CASTELLS, 1998: 454).

Como refere Gilberto Dupas, no seu livro sobre a *Economia Global e a Exclusão Social* "Se, por um lado, as megacidades se articulam com a economia global, ligam redes informacionais e concentram poder mundial, são também as depositárias de muitos segmentos excluídos da população", e por isso elas representam "a face metropolitana da exclusão social" (DUPAS, 1999: 48). Não se pode, hoje em dia, estudar as grandes cidades, a sua organização social e a sua cultura, sem ter em conta esta realidade complexa e contraditória. Para Castells, "as megacidades concentram o melhor e o pior; tanto os inovadores e os poderosos como os estruturalmente inaptos, prontos a vender a sua inaptidão ou a fazê-la pagar aos outros". E acrescenta, em outro local, "O traço que caracteriza as megacidades é, assim, estarem globalmente ligadas e localmente desligadas, quer física quer socialmente (CASTELLS, *ibid.*: 455). O mesmo aponta Ulrich Beck no seu último livro *The Brave New World of Work*: "o paradoxo da proximidade social e da distância geográfica toma assim forma numa configuração socioespacial específica: a da desintegração local no seio de uma integração global" (BECK, 2000: 29).

É esta desconexão interna das cidades num mundo cada vez mais globalizado que constitui o grande *puzzle* para uma concepção emancipadora da cidade e o grande desafio para os projectos de uma democracia avançada para as sociedades globalizadas.

---

\* Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra.

<sup>2</sup> No caso europeu, acabam de ser divulgados os resultados de uma pesquisa comparada (CE, ESOP) envolvendo 13 cidades em 6 países diferentes.

Muitos estudos têm sido realizados em toda a parte no sentido de medir e caracterizar a exclusão social urbana e hoje conhece-se razoavelmente bem o fenómeno<sup>2</sup>. No entanto, tão importante quanto reconhecer o aumento dos excluídos urbanos e o seu progressivo afastamento dos padrões de vida dos incluídos é o reconhecimento da existência de uma separação cada vez mais nítida e consistente entre estes dois mundos sociais, não obstante a sua proximidade física. E isto apesar de uma retórica dos poderes instituídos que nega a existência de um verdadeiro *apartheid* social, apesar de uma pervasiva ideologia consumista que proclama a liberdade de escolha para toda a gente e apesar de um conjunto mais ou menos amplo de medidas dos governos das cidades para tentar reduzir as assimetrias sociais.

A linha de demarcação entre os dois mundos não é só a divisória entre os que têm e os que não têm, mas é também a fronteira da cidadania e da democracia. Na expressão forte de Alba Zaluar: de um lado, temos o asfalto, as classes prósperas e a democracia, consubstanciada no direito a reclamar do Estado melhor protecção; e do outro, temos o morro e os pobres condenados à eterna falta de direitos cívicos, políticos e sociais (ZALUAR, 1994: 49).

A questão que será pertinente colocar é a de como é possível conviverem lado a lado seres humanos de condição tão distinta e com destinos tão contrastados sem gerar um processo de ruptura ou de conflito social generalizado ?

A questão é muito complexa e não pretendo aqui responder-lhe. Apenas desejaria fazer a ponte para algumas temáticas que ajudam a fazer luz nessa questão e que se relacionam com a questão da cidadania, da democracia e da cultura urbana.

A primeira é a da "naturalização" das desigualdades e da indiferença perante o *apartheid* social enquanto traços da cultura urbana. Entendida nos termos amplos em que Simmel a definiu no seu ensaio sobre a Vida Mental das Metrópoles, a cultura urbana é gerada num contexto marcado por mudanças rápidas e imprevisíveis e pela intensidade dos estímulos que bombardeiam ininterruptamente os indivíduos. Por isso ela valoriza as reacções mais racionais e menos emotivas. A atitude "blasée" dos cidadãos, a sua indiferença perante o drama, o sofrimento e a miséria permite-lhes conviverem com as grandes desigualdades sociais sem se desencadearem neles pulsões de revolta ou gestos de solidariedade gratuita. A banalização da pobreza parece ter anestesiado as emoções e os sentimentos de injustiça, tornando-os insensíveis aos dramas de quem sofre.

A segunda é a do risco de insegurança e do reforço da protecção. O aumento da criminalidade nas grandes metrópoles gerou uma série de barreiras para prevenir ou lidar com o crime. Mas convém começar por referir que, só por si, a divisão das cidades em mundos sociais nunca prescindiu de um real ou imaginário cordão sanitário para separar o mundo dos incluídos do dos excluídos. Constituído por uma série de medidas de controlo, institucionais ou não, o cordão sanitário do *apartheid* social opera actualmente através do planeamento urbano, do sistema viário e de transportes, da vigilância à propriedade privada e aos condomínios residenciais; do policiamento das áreas nobres da cidade; mas também através da própria lógica do mercado — as zonas de comércio, de habitação ou de lazer mais caras afastam ou mantêm à distância a população sem recursos. Recorde-se o episódio recente da invasão simbólica de um *shopping* da zona sul do Rio de Janeiro, para assinalar o sentimento de estranheza da população pobre perante a opulência deslumbrante do comércio para os ricos.

Em certa medida, esta forma de protecção parece funcionar razoavelmente, uma vez que os perigos e as perturbações causadas pelos excluídos não são muito significativos. Nas grandes cidades dos países mais ricos, os tumultos — que Jock Young designa apropriadamente de revoltas de cidadania —, são quase sempre esporádicos e seguem um mesmo padrão: grupos economicamente marginalizados tornam-se alvos da suspeita e do controlo da polícia, sendo os seus membros tratados de um modo que claramente desrespeita os direitos cívicos. Um simples incidente de rua deste tipo pode desencadear uma desordem ou actos de vandalismo por parte de um grupo que já se sente marginalizado no mercado de trabalho. Mas em regra os objectivos da manifestantes são limitados e não ameaçam verdadeiramente as elites urbanas; eles orientam-se mais para dentro da própria comunidade e saldaram-se na destruição de umas tantas viaturas ou no assalto a lojas de pequeno comércio (YOUNG, 1999: 21).

Não obstante, o mundo dos incluídos sente-se ameaçado e tenta reforçar a sua protecção. As camadas afluentes da população urbana transformam as suas residências, escritórios e locais de lazer em domínios fortificados e completamente inacessíveis à população excluída. No seu best-seller *As Armadilhas da Globalização*, Martin e Schumann retratam expressivamente um condomínio fechado dos arredores de São Paulo, no Brasil, onde por trás de muros altos, focos e sensores electrónicos se abrigam famílias da classe média alta que viviam aterrorizadas com o medo dos assaltos no centro da metrópole. E os autores interrogam-se: vai esta Alphaville tornar-se um modelo para o mundo? A sua resposta parece ser positiva. "Desde que as consequências da globalização rasgaram o tecido social – dizem os autores – mesmo em países que até aqui conheceram a prosperidade, há cada vez mais cópias destes enclaves pérfidos: por exemplo, na África do Sul em redor da Cidade do Cabo e na região vinhateira de Stellenbosch, onde as divisões de raça e de riqueza continuam a ser cultivadas mesmo depois do termo oficial do apartheid; obviamente, nos Estados Unidos, onde os muros altos a cercarem as propriedades à maneira de Beverly Hills e os guardas de segurança privada se tornaram um símbolo de *status*, desde Buckhead junto a Atlanta até Miranda, nas proximidades de Berkeley; na França, mas também nas zonas costeiras de Itália, de Espanha e de Portugal; ou em Nova Deli e nos condomínios vigiados de Singapura. Mesmo as ilhas que foram usadas no passado para manter presos políticos e pessoas que lutaram pela justiça social estão a ser convertidas em refúgio para aqueles que conseguiram preservar as suas fortunas e não pretendem pagar a factura da sua arrogância. A encantada Ilha Grande, no litoral Brasileiro, é um desses casos..." (MARTIN e SCHUMANN, 1998: 173)

Um terceira questão prende-se com a dialéctica da exclusão, ou seja com o facto de a população excluída, ao mesmo tempo que é vítima de exclusão, gerar uma identidade que rejeita os outros e os exclui também (WILLIS, 1977). Paul Willis observou que a população excluída tende a criar divisões dentro de si mesma, frequentemente em função de critérios étnicos, muitas vezes em função da sua localização na cidade ou, simplesmente, em função da equipa de futebol que cada um apoia, o que gera problemas de segurança para os próprios membros da comunidade e, particularmente, para as mulheres. Excluem-se os outros tanto por agressão como por ruptura de laços; ao mesmo tempo é-se excluído pelos outros, sejam estes o professor, o guarda de segurança do supermercado, o cidadão "honesto" ou o chefe da esquadra da polícia. A dialéctica da exclusão consiste, assim, num processo que continuamente vai acentuando a marginalidade e condenando as pessoas, na melhor das hipóteses, a empregos sem futuro e, na pior, a uma inactividade desesperante (YOUNG, *ibid.*:13).

Para concluir, diria que as cidades – sobretudo as grandes cidades – não têm sido capazes de garantir a todos os seus residentes padrões mínimos de cidadania nem fazê-los participar no mesmo pé de igualdade nas decisões que afectam a vida da cidade. Têm-se limitado a manter sob controlo as tensões sociais geradas pelas desigualdades, criando cordões sanitários de separação entre os mundos sociais e produzindo uma ideologia de conformidade por intermédio de um discurso de "naturalização das diferenças", de uma retórica sobre as expectativas de melhoria das condições de vida e de políticas de combate às situações sociais mais graves (HESPANHA e SANTOS, 2000; HESPANHA, 2001).

Será uma situação inevitável? Diria que não, recuperando uma das ideias mais fecundas de um autor há muito desaparecido — a de "direito à cidade" de Henri Lefebvre.

Numa obra, com este mesmo título, publicada em 1968, Lefebvre defendia que na derradeira fase do capitalismo urbano a condição da cidade enquanto centro de decisão sobrepunha-se à sua condição anterior de centro de consumo. Como centro de decisão, o importante na cidade não é mais o reunir pessoas ou coisas, mas antes informações e conhecimentos, altamente elaborados com recurso a meios de processamento automático. "Com um fim desinteressado?", interroga-se. Não, de forma alguma. Porque quem controla essa informação e esse conhecimento é quem detém agora o poder de decisão, ou seja, aqueles que não representam a vontade dos moradores. "Os grupos dominantes plasmam no espaço urbano os seus interesses económicos, políticos e culturais convertendo a cidade em centro de decisões e fonte de lucros" (LEFÈBVRE, 1974).

Ora a cidade do futuro, defende ele, há-de definir-se pelo reverso desta situação. Nela o direito à cidade constitui a forma superior dos direitos (dentre os quais, o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar) precisamente porque respeita a todos os habitantes em quanto sujeitos que interagem socialmente no espaço urbano e afirmam a exigência de uma presença activa e participante. No direito à cidade

estão incluídos quer o direito à obra, ou seja o direito a participar nas decisões sobre a cidade, quer o direito à apropriação (distinto do direito de propriedade) e que consiste no direito a fruir livremente dos espaços da cidade.

Trata-se, enfim, de um direito à centralidade, no sentido em que através dele os cidadãos estão legitimados a resistir a qualquer tentativa de marginalização da realidade urbana e a não serem excluídos do poder de decisão sobre o seu ambiente quotidiano.

#### BIBLIOGRAFIA

- BECK, U. (2000) *The Brave New World of Work*. Cambridge, Polity Press.
- CASTELLS, Manuel (1998) *La Société en Réseaux*. Paris, Fayard.
- DUPAS, G. (1999) *Economia Global e Exclusão Social. Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo*. São Paulo, Paz e Terra.
- HESPANHA, Pedro (2001) "Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social". In Boaventura Sousa Santos, *Globalização: Fatalidade ou Utopia ?* Porto, Afrontamento (*no prelo*).
- HESPANHA, Pedro; SANTOS, J. Vicente (2000) "Globalização, conflitualidade e violência". *Revista Critica de Ciências Sociais*, 57/58:7-11.
- LEFÈBVRE, Henri (1968) *Le Droit à la Ville*. Paris, Anthropos.
- LEFÈBVRE, Henri (1974) *A produção do Espaço*. Paris, Anthropos.
- MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald (1998) *The Global Trap*. London, Zed Books.
- WILLIS, Paul (1977) *Learning to Labour*. Aldershot, Gower.
- YOUNG, Jock (1999) *The Exclusive Society*. London, Sage.
- ZALUAR, Alba (1994) *O Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, Revan